

# Proselitismo Religioso em Rádios Comunitárias—ADI 2566 de 2018

*Augusto César Rocha Ventura\**

*Eumar Evangelista de Menezes Júnior\*\**

*Hosanny Batista Curado\*\*\**

**RESUMO:** O presente artigo analisa o teor da Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 2566 / DF alçando um diálogo multidisciplinar que envolve a (in) constitucionalidade do proselitismo religioso nas rádios comunitárias e a projeção da liberdade religiosa no Brasil. O proselitismo religioso difundido em rádios comunitárias no Brasil permaneceu em pauta e discussão na atividade jurisdicional do Supremo Tribunal Federal - STF de 2002 a 2018. A pesquisa foi instrumentalizada por meio de método hermenêutico-clássico. O estudo apresenta a conjuntura jurídica e processual da ADI, seguindo a tese conclusiva da maioria do colegiado que votou e aprovou a inconstitucionalidade do trecho do § 1º do artigo 4º da Lei nº 9.612 de 1998, que vedava o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária.

**PALAVRAS-CHAVE:** ADI 2566; Proselitismo religioso; Rádios comunitárias; (in) constitucionalidade; STF; Liberdades.

## 1. Introdução

Ao acentuar a decisão que concedeu aos milhões de ouvintes das rádios a efetivação do direito à liberdade de expressão/manifestação, o presente estudo trabalha as liberdades e as igualdades, e pesquisa os Direitos Fundamentais fincados na Carta Magna de 1988, que marca o Brasil como país laico e fomentador da liberdade religiosa.

Utilizando memórias históricas, marcos legais e o conteúdo da ADI 2566, foi construída nas entrelinhas do presente estudo uma conjuntura descritiva e explicativa colocando em preenchimento texto constitucional e texto infra-constitucional, um paralelo entre o proselitismo e a radiodifusão comunitária em rádios, para ser compreendida a declaração de inconstitucionalidade de

---

\* Universidade Estadual de Goiás.

\*\* Universidade Evangélica de Goiás.

\*\*\* Universidade Evangélica de Goiás.

parte do § 1º do artigo 4º da Lei 9.612 de 1998, que vedava o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária.

Nessa corrente, o contexto incuba a análise intrínseca da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2566, proposta pelo Partido Liberal no ano de 2002 e definitivamente julgada em 2018. Ele serve à academia, posto seu discurso multidisciplinar, fundado na pauta-discussão da (in) constitucionalidade do § 1º do artigo 4º da Lei 9.612 de 1998. Tal norma infraconstitucional vedava o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária, dando destaque especial ao proselitismo religioso.

Dessa forma, o presente estudo, como resposta científica, escreve uma conjuntura jurídica e processual da ADI 2566 que muito servirá aos próximos estudos científicos e muito contribuirá para aqueles que estudam Direito e Religião no Brasil.

A pesquisa foi instrumentalizada pelo método hermenêutico-clássico. O conteúdo da ADI 2566 foi colocado em observação e interpretação a partir do texto constitucional. A interpretação foi conduzida por uma literatura especializada constitucional.

Dialogando com os conceitos de proselitismo e liberdades, o artigo escreve e analisa a decisão da Suprema Corte, que, por maioria de votos, julgou pela inconstitucionalidade de trecho de lei infraconstitucional que vedava a prática de proselitismo nas rádios comunitários de cunho religioso.

## **2. Proselitismo religioso em rádios comunitárias no campo brasileiro – controle normativo**

O que seria o proselitismo? Trata-se da ação de convencer a outrem acerca de uma ideia, seja nas relações cotidianas, profissionais ou institucionais, abordando assuntos de cunho político, cultural ou religioso<sup>1</sup>.

Respaldando-se no conceito acima, é imprescindível reconhecer o exercício do discurso proselitista ao longo da história do Brasil, no aspec-

---

<sup>1</sup>Jonathas Luiz Carvalho Silva, “Informação e Ideologia: diálogos filosóficos no âmbito do proselitismo informacional”, *LOGEION, Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia* v. 2, Rio de Janeiro, 2015.

to religioso. É notório que a influência da Igreja Católica nos primeiros séculos de povoação influenciou significativamente a cultura brasileira, ante a marca proselitista utilizada em suas pregações<sup>2</sup>.

Proselitismo religioso é ato de ratificar a própria religião, crença e culto ofertado ao fiel. Trata de um modo encontrado pelas religiões para atrair novos fiéis à sua crença, é fruto da premissa de que a religião que se professa carrega verdade absoluta, única, exclusiva<sup>3</sup>. Este proselitismo passou a estar presente nas rádios comunitárias difundidas no ano de 1930 no Brasil.

No tempo e nos espaços sociais, o homem, ser sociável por natureza, desde os primórdios, viu-se diante da necessidade de comunicar-se e, para tanto, vem desenvolvendo meios para estabelecer comunicação com o seu semelhante, desde os desenhos rupestres até o desenvolvimento da tecnologia. A rádio é um exemplo de meio de comunicação em massa desenvolvido pelo homem. As primeiras ondas de rádio transmitidas registram-se do final do século XIX, no continente europeu<sup>4</sup>. Por sua vez, no Brasil o rádio chegou por volta da década de 1920, em comemoração ao centenário da independência<sup>5</sup>.

Diante do substancial trabalho desenvolvido pela rádio no atendimento ao público, levando à comunidade local elementos de cultura, tradição, lazer e convívio social, o legislador ordinário viu-se compelido a criar uma norma que pudesse regulamentar o funcionamento da radiodifusão comunitária, sendo editada e, posteriormente, sancionada e publicada a Lei nº 9.612 de 1998<sup>6</sup>.

Pelos princípios invocados na ordem positivada, é possível observar a predominância dos direitos fundamentais de liberdade de expressão, acesso à informação e direito de resposta. E, pensando na efetivação da garan-

<sup>2</sup> Boris Fausto, *História Concisa do Brasil*, 3. Ed. (São Paulo: Edusp, 2015).

<sup>3</sup> Lara de Coutinho Pinto, *Proselitismo religioso e discurso de ódio: reflexões sobre os limites da liberdade de expressão religiosa* (Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2019).

<sup>4</sup> Delfino Curado Adorno, *No Ar-Jornalismo de Serviço: O rádio na vida de um grupo de taxistas de Goiânia* (Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2015).

<sup>5</sup> Edmilson Ferreira Marques, *A História do Rádio em Goiás (1942-1947)* (Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2009).

<sup>6</sup> BRASIL, *Lei nº 9.612. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências* (Brasília, 1998).

tia de igualdade e respeito, foi que o texto normativo, em seu artigo 4º, § 1º, vedava expressamente o proselitismo.

É de se notar que o escopo da referida lei tenha tido a pretensão de positivizar os limites inerentes às liberdades, sob pretexto do uso indiscriminado da liberdade de expressão, com resultados nocivos às consciências, a ponto de proibir a utilização do discurso religioso em um meio de comunicação tão popular quanto o rádio.

Não obstante, a redação dada ao texto de lei, na verdade, criou cenário aviltante à liberdade. É notório que, ao mencionar o proselitismo, o legislador revelou ofensa à Constituição, ao intentar a vedação a qualquer programa que pregasse um ideal, principalmente o de cunho religioso. Eis que, à luz da Carta Magna, o indivíduo é revestido de direito à liberdade religiosa, consciência e crença, apto, portanto, a decidir se será ou não adepto de uma religião, além da liberdade de expressão da atividade intelectual, sendo vedada a sua restrição, até por se tratar de um direito humano intrínseco.

Vale lembrar o artigo XVIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)<sup>7</sup> que assegura tais direitos e liberdades, incluídos o proselitismo e a mudança de crença. Na mesma linha, o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP) protege o direito ao proselitismo, compreendido como o direito a manifestar, ensinar, expressar e comunicar ideias religiosas com vistas a converter os demais às suas crenças religiosas<sup>8</sup>.

Santos<sup>9</sup>, sabiamente, estabelece uma correlação entre a garantia fundamental à liberdade de expressão e à liberdade religiosa, no que tange à prática do proselitismo religioso quando ensina que [...] “constitui exercício simultâneo da liberdade religiosa e da liberdade de expressão, uma vez que é justificado e requerido pelas crenças religiosas professadas, consis-

---

<sup>7</sup> “Todo o homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular” (NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). 1948).

<sup>8</sup> John Witte Jr., *Primer on the rights and wrongs of proselytism* (Birmingham, AL: Cumberland School of Law, Samford University, 2000-2001).

<sup>9</sup> Milene Cristina Santos, *O Proselitismo religioso entre a Liberdade de expressão e o Discurso de ódio: a “Guerra santa” do Neopentecostalismo contra as Religiões afro-brasileiras* (Brasília, DF: Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, 2012).

tindo, portanto, em manifestação inegável da liberdade de crença, a qual, por sua vez, só pode ser efetivamente assegurada por meio do pleno exercício da liberdade de expressão” (p. 102).

Na mesma linha, o proselitismo religioso presente no Brasil decorre dos direitos constitucionais de liberdade religiosa e liberdade de expressão, firmados na Carta Magna de 1988, transcritos no artigo 5º, incisos VI e IX, ao afirmar que é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias, é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença, assegurando a tolerância religiosa e a convivência pacífica na sociedade, garantindo, assim, a preservação dos direitos fundamentais de todos cidadãos.

Observando a promoção do proselitismo religioso no Brasil, destaque há ao primeiro vestígio que esteve vinculado à concessão de “liberdade religiosa”, ainda que limitada, quando da outorga da Constituição Política do Império do Brasil de 1824<sup>10</sup>, quando o Estado, mesmo como mantedor da Religião Católica como oficial, permitiu o culto doméstico de outras religiões. Antes mesmo da Constituição Republicana, o Decreto 119-A<sup>11</sup>, de 7 de janeiro de 1890, vedou a interferência estatal em matéria religiosa, consagrou a plena liberdade de cultos e extinguiu o Padroado. Com a Carta Magna de 1891<sup>12</sup>, a liberdade religiosa consagrou-se no plano constitucional. A liberdade religiosa se manteve nas Cartas Constitucionais outorgadas de 1934, 1937, 1946, 1967 até ser firmada como garantia fundamental na Carta promulgada de 1988. Esta última entabulou a liberdade e a igualdade como direitos e garantias fundamentais estendidas a todos os seres humanos sobre o solo brasileiro, principalmente no aspecto religioso.

Apesar da liberdade quanto ao proselitismo religioso expressamente assegurada na Carta Política de 1988, o legislador pós constituinte, ao editar a Lei nº 9.612/1998, o proibiu em rádios comunitárias, o que acabou motivando a instrumentalização da Ação Direta de Inconstitucionalidade

---

<sup>10</sup> BRASIL. 1824. Constituição Política do Império do Brasil. Rio de Janeiro.

<sup>11</sup> BRASIL. 1890. Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências. Rio de Janeiro – Governo Provisório.

<sup>12</sup> BRASIL. 1891. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro.

- ADI 2566, proposta pelo Partido Popular, julgada pelo Supremo Tribunal Federal em 2018.

### 3. Conjuntura da judicialização da ADI 2566

A ADI 2566 teve por objeto declarar a inconstitucionalidade da proibição normatizada pelo § 1º, do artigo 4º, da Lei nº 9.612. A referida lei federal vedava a prática de proselitismo de qualquer natureza, no caso do proselitismo religioso nas rádios.

A referida ADI 2566 foi proposta pelo Partido Liberal em desfavor da Presidência da República e do Congresso Nacional. O partido foi assistido juridicamente pelo Dr. Renato Morgando Vieira (0010702/DF). A relatoria da ADI coube ao ministro Alexandre de Moraes, em razão da aposentaria do então ministro-relator César Peluso e com o falecimento do ministro Teori Zavascki, que tinha sucedido o ex-ministro como relator.

Na peça de ingresso foi transcrito que o interesse do proponente era contestar o dispositivo do § 1º, do art. 4º da Lei Federal nº 9.612/1998 que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária com a vedação do proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária. O partido político alegou que com tal proibição, as rádios comunitárias também deixam de prestar um grande serviço para a comunidade que representam e a quem devem servir.

Protocolizada, a ação foi incubada na modalidade de controle concentrado de constitucionalidade, afim de que fosse pelo plenário votada e julgada, atentando pela constitucionalidade ou não-constitucionalidade da vedação do proselitismo religioso na programação das rádios comunitárias. Na discussão, o plenário acompanhou o entendimento favorável ao proselitismo às liberdades religiosa, de pensamento e de expressão. “*Verbis*”:

[...] a vedação ao proselitismo de qualquer natureza nas rádios comunitárias não afronta os princípios constitucionais de liberdade de manifestação de pensamento e da liberdade de informação, já que esse tipo de emissora se reveste de caráter pluralista, devendo oferecer espaço para a divulgação de diferentes opiniões. Em seu entendimento, portanto, a previsão não restringe a liberdade de expressão, mas reforça-a”<sup>13</sup> (p. 5).

<sup>13</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 2018. ADI 2566 / DF, Processo eletrônico, Público. Portal do STF. Brasília.

Em defesa à manutenção da constitucionalidade a Procuradoria-Geral da República manifestou pela improcedência do pedido, alegando, em síntese, que o proselitismo não se confunde com a livre manifestação do pensamento, vez que não transmite qualquer informação, nem tampouco ascende a reflexão acerca de determinado tema, mas usa de discurso a fim de

“persuadir o interlocutor, de forma contundente e inflexível, a renunciar seus atuais valores e ideias para converter-se a uma nova doutrina ou sistema, em flagrante desrespeito à liberdade de consciência e de crença assegurada na Constituição Federal”<sup>14</sup> (p. 5).

Em 16 de maio de 2018, a Ação Direita de Inconstitucionalidade 2566 foi julgada procedente pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, o qual, por maioria, vencidos os Ministros Luiz Fux e Alexandre de Moraes, então relator, declarou a inconstitucionalidade do § 1º, do artigo 4º, da Lei 9.612/1998, e garantiu a primazia das liberdades de expressão, pensamento e religiosa - livre exercício dos desígnios religiosos, inclusive a propagação de seus ensinamentos<sup>15</sup>.

### *3.1 Votos, posicionamentos - Acórdão*

Na Sessão Plenária do julgamento da ADI 2566, estavam presentes a então presidente do Tribunal, a ministra Cármen Lúcia, que presidiu a sessão, o ministro-relator, Alexandre de Moraes, e os ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio, Celso de Melo e Gilmar Mendes, sendo que este último estava impedido de exaurir o seu voto. Ausente, justificadamente, o Ministro Dias Toffoli.

No voto do relator, ministro Alexandre de Moraes, ficou assentado que a rádio comunitária exercia importante serviço social na veiculação de informações à população, e que as finalidades e princípios elencados na Lei da radiodifusão comunitária demonstravam “zelo pela livre manifesta-

---

<sup>14</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 2018. ADI 2566 / DF, Processo eletrônico, Público. Portal do STF. Brasília.

<sup>15</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 2018. ADI 2566 / DF, Processo eletrônico, Público. Portal do STF. Brasília.

ção do pensamento em prol da plena integração dos membros da comunidade atendida”, vedando qualquer discurso discriminatório<sup>16</sup> (p. 7).

Argumentou, ainda, o Relator, que a “censura” ao proselitismo visava assegurar a pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, colidindo diretamente com o coronelismo eletrônico exercido nas rádios, cuja finalidade, parafraseando Lima e Lopes<sup>17</sup>, era influenciar na construção da opinião pública, sendo a concessão dos serviços de comunicação e o efetivo controle na divulgação de informação, características desse novo modelo de coronelismo.

Aduziu, também, que a vedação do proselitismo não visava censurar, mas assegurar o respeito recíproco que deve existir entre membros de correntes ideológicas distintas, alicerce fundamental para o efetivo exercício das liberdades de expressão, de crenças e de manifestação do pensamento em uma sociedade democrática, ou seja, pretendia inibir o discurso autoritário pelo qual a pluralidade de opiniões é cerceada, mas não o discurso polêmico que suscita várias manifestações e indagações na comunidade-alvo daquelas ondas de rádio.

Por sua vez, o Ministro Edson Fachin emitiu seu voto pela declaração da inconstitucionalidade do § 1º, do artigo 4º, da Lei nº 9.612/98. Segundo o Ministro, o direito de liberdade de expressão somente poderia ser restringindo nos casos previstos no artigo 13 do Pacto de São José da Costa Rica, quais sejam, para assegurar o respeito aos direitos ou à reputação das demais pessoas; ou a proteção da segurança nacional, da ordem pública, ou da saúde ou da moral públicas<sup>18</sup>.

No caso em análise, para o Ministro, a prática do proselitismo não se amoldava em nenhuma das hipóteses que legitimam a restrição do direito, mas pelo contrário, o discurso persuasivo é inerente ao direito de liberdade de expressão, principalmente no que tange à manifestação religiosa, conforme decidido no Recurso Ordinário em Habeas Corpus - RHC

---

<sup>16</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 2018. ADI 2566 / DF, Processo eletrônico, Público. Portal do STF. Brasília.

<sup>17</sup> LIMA, Venício A. de. LOPES, Cristiano Aguiar. 2007. Rádios Comunitárias, Coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2014), As autorizações de emissoras como moeda de barganha política. Universidade de Brasília.

<sup>18</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 2018. ADI 2566 / DF, Processo eletrônico, Público. Portal do STF. Brasília.



134682 e pela Corte Europeia de Direitos Humanos, no caso Kokkinakis v. Grécia (Caso nº 14307/88), e por tal motivo sua restrição feriria direitos fundamentais garantidos na Constituição Republicana de 1988.

O Ministro Luís Roberto Barroso, também votou pelo deferimento do pedido formulado pelo Partido Liberal, sob o argumento que “os riscos trazidos pela liberdade de expressão são mais bem combatidos pela ampliação da liberdade de expressão e não por sua restrição”<sup>19</sup> (p. 32). Introduziu o seu voto com o questionamento quanto à amplitude do significado da palavra proselitismo empregado no dispositivo legal. Ressaltou o importante trabalho da Suprema Corte na consolidação e expansão da liberdade de expressão pelo país, cujas raízes são autoritárias e censórias. Ao final, reconheceu a posição preferencial da liberdade de expressão sobre os demais direitos constitucionais, para que os mesmos sejam alcançados, devendo os eventuais abusos ser controlados *a posteriori* pelo Poder Judiciário.

Já a Ministra Rosa Weber elocubrou se o caráter proselitista poderia ser fundamento constitucional suficiente para restringir o direito às liberdades. Fez um paralelo entre o proselitismo e o direito à manifestação religiosa, sendo o primeiro componente inseparável da segunda. Aduziu que o proselitismo também é protegido pelas cláusulas protetivas da liberdade de expressão e de manifestação do pensamento<sup>20</sup>. A Ministra mencionou que a atitude do Estado de vedar a prática proselitista nas rádios comunitárias remete-nos à Antiguidade, quando a Cidade-estado de Atenas negou a Sócrates o uso da praça pública para defender suas ideias, por considerá-lo corruptor dos jovens.

Outrossim, firmou que apesar da finalidade exclusiva de atender a comunidade local, as informações prestadas pelas rádios comunitárias não seriam as únicas percebidas pela população ao redor, motivo pelo qual a vedação do discurso proselitista nas rádios não garantiria efetivamente a proteção objetivada pelo legislador ordinário. Ao final, emitiu seu voto favorável ao pleito da ADI nº 2566, sendo contrária à vedação prévia de um direito constitucional.

---

<sup>19</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 2018. ADI 2566 / DF, Processo eletrônico, Público. Portal do STF. Brasília.

<sup>20</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 2018. ADI 2566 / DF, Processo eletrônico, Público. Portal do STF. Brasília.

O Relator Ministro Alexandre de Moraes, no transcurso do julgamento, fez um esclarecimento acerca de seu voto e a comparação com a situação vivenciada pelo filósofo Sócrates na Antiguidade, arguida pela Ministra Rosa Weber, a fim de esclarecer que “não consente com a restrição prévia de direitos e ressaltou que na concessão dos serviços da rádio comunitária a determinado grupo, faz com que este adentre exclusivamente em determinada comunidade e pratique o proselitismo sob a opinião pública, não sendo suficiente o ato de desligar o rádio”. O relator manifestou de forma contrária ao Voto da Ministra Rosa Weber.

Frente à posição do Relator, o Ministro Luiz Fux relatou que a vedação ao proselitismo se fazia necessária ante o papel exclusivista da radiodifusão comunitária na formação da opinião pública local, o que assim sendo, o proselitismo constituiria uma ameaça à democracia, à cidadania, ao pluralismo político, ao pluripartidarismo e à soberania popular, manipulando a informação passada à comunidade ouvinte. Por isso, seu voto acompanhou ao do Relator, sendo pelo indeferimento da arguição de inconstitucionalidade.

O Ministro Ricardo Lewandowski foi favorável à declaração de inconstitucionalidade do § 1º, do artigo 4º, da Lei nº 9.612/98, aduzindo que o termo proselitismo é muito vasto e pode abarcar várias interpretações e, por isso, o dispositivo legal poderia “colidir com os preceitos da nossa Carta Magna que defendem não apenas a liberdade de expressão como também a liberdade ampla de comunicação por parte da mídia em geral”<sup>21</sup> (p. 79). No mesmo sentido foi o voto do Ministro Marco Aurélio, o qual buscou no artigo 220 da Constituição Federal o fundamento para seu voto, aduzindo que a radiodifusão comunitária é um meio de comunicação, e a redação dada ao dispositivo legal objeto da ADI 2566 constituiria censura prévia e causaria embaraço à comunicação, o que é explicitamente vedado pela Carta Política de 1988.

Acompanhando a maioria, o Ministro Celso de Mello foi pelo acolhimento da pretensão de inconstitucionalidade. Para o Ministro, as liberdades do pensamento são prerrogativas constitucionais essenciais e pressu-

---

<sup>21</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 2018. ADI 2566 / DF, Processo eletrônico, Público. Portal do STF. Brasília.

postos necessários para o regime democrático vigente no país, devendo os abusos ser julgados posteriormente pelo Poder Judiciário. Segundo ele, a prática do proselitismo representa elemento de concretização do direito à livre disseminação de ideias, fator essencial à preservação e consolidação de uma sociedade política livre, aberta e plural. Conforme enfatizou em seu voto, em um Estado onde prevalece o pluralismo de ideias, é fundamental a prática da tolerância à diversidade e multiculturalidade dos povos, a fim de “garantir não apenas o direito daqueles que pensam como nós, mas, igualmente, proteger o direito dos que sustentam ideias que odiamos, abominamos e, até mesmo, repudiamos”<sup>22</sup> (p. 94).

Por fim, a então Presidente do Supremo Tribunal Federal, a Ministra Cármen Lúcia, evidenciou o intenso trabalho da Corte nos últimos anos com relação à garantia de liberdade de informação e expressão. Aduziu que a censura prévia não atinge somente aquele que teve sua fala restrita, mas também controla aqueles que ficaram restringidos de tais informações.

Em sua análise e discurso argumentativo, a vedação ao proselitismo na programação das rádios comunitárias ocasionava a agressão à liberdade de expressão e à liberdade de manifestação, bem como acarretava desigualdade entre as rádios comunitárias e as demais emissoras de comunicação que não têm sua programação restringida e, por isso, abarcam conteúdos de diferentes ideias, efetivando a garantia Constitucional da livre divulgação do pensamento.

Analisando os votos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal torna-se visível que, ao decidirem pela inconstitucionalidade do § 1º, do artigo 4º, da Lei 9.612, a maioria dos julgadores direcionaram seus votos para a primazia da liberdade de expressão e da livre manifestação da fé.

Como é cediço, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso VI, considera inviolável a liberdade de consciência e de crença, bem como o inciso IX, garante a liberdade de expressão, sendo expressamente vedado qualquer tipo de censura aos meios de comunicação e de pensamento, tal qual prevê o artigo 220 da Carta Magna Brasileira, prevalecen-

---

<sup>22</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 2018. ADI 2566 / DF, Processo eletrônico, Público. Portal do STF. Brasília.

do, como se vê, ao dispositivo declarado inconstitucional que vedava a prática de proselitismo de qualquer natureza nas rádios comunitárias.

#### **4. Considerações finais**

Concluindo, o estudo acentua a prevalência da liberdade religiosa no julgamento da ADI 2566, sendo declarada a inconstitucionalidade de trecho normativo infraconstitucional, no caso, o § 1º, do art. 4º, da Lei nº 9.612/1998.

O Supremo Tribunal Federal decidiu pela efetivação do direito à liberdade, seja no âmbito religioso ou em qualquer outra esfera de divulgação de pensamento, favorecendo as garantias fundamentais previstas em nossa Carta Maior ao julgar procedente a ADI 2566. A ADI declarou constitucional o proselitismo religioso em rádios comunitárias.

A garantia à liberdade religiosa foi a direção dos votos pela procedência dos excelsos Ministros do Supremo Tribunal Federal ao julgar a ADI 2566. Sistemicamente a decisão pela inconstitucionalidade do trecho da lei (§ 1º, do art. 4º, da Lei nº 9.612/1998), que vedava o proselitismo religioso ao regulamentar a radiodifusão comunitária, mostrou-se crucial na confirmação das garantias fundamentais de liberdades prevista em nossa Constituição.

Como ostentado neste trabalho, vários dispositivos constitucionais revelam a conquista ao direito de liberdade de culto e manifestação da fé. Declarar constitucional o § 1º, do artigo 4º, da Lei nº 9.612, de 1998, cujo texto vedava a prática de proselitismo de qualquer natureza nas rádios comunitárias, seria colidir diretamente com as garantias constitucionais.

Portanto, acertada foi a iniciativa do Partido Liberal ao propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade, e fundamental foi a decisão proferida pelo Plenário da Corte Suprema. A população brasileira teve sua liberdade de expressão e religiosa mantida, bem como estabelecida a igualdade entre as diferentes rádios existentes no país, as quais não sofriam restrições de cunho informativo.

O estudo aponta que, neste particular, o STF cumpriu sua missão constitucional de guardião da Constituição da República, na efetivação da

liberdade religiosa, assegurando o direito à propagação dos ensinamentos pregados por cada religião existente no Brasil, não permitindo que continuasse em vigor trecho de lei que restringia uma garantia fundamental ao ser humano, qual seja, o direito de manifestação da fé.

## Referências citadas

- ADORNO, Delfino Curado. 2015. *No Ar- Jornalismo de Serviço: O rádio na vida de um grupo de taxistas de Goiânia*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação) - Universidade Federal de Goiás. Goiânia.
- BRASIL. 1824. *Constituição Política do Império do Brazil*. Rio de Janeiro.
- BRASIL. 1890. *Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências*. Rio de Janeiro – Governo Provisório.
- BRASIL. 1891. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro.
- BRASIL. 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília.
- BRASIL. 1998. *Lei nº 9.612*. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. Brasília.
- FAUSTO, Boris. 2015. *História Concisa do Brasil*. 3. Ed.. São Paulo: Edusp.
- LIMA, Venício A. de. LOPES, Cristiano Aguiar. 2007. *Rádios Comunitárias, Coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2014), As autorizações de emissoras como moeda de barganha política*. Universidade de Brasília.
- MARQUES, Edmilson Ferreira. 2009. *A História do Rádio em Goiás (1942-1947)*. DISSERTAÇÃO (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás. Goiânia.
- PINTO, Lara de Coutinho. 2019. *Proselitismo religioso e discurso de ódio: reflexões sobre os limites da liberdade de expressão religiosa*. DISSERTAÇÃO (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- SANTOS, Milene Cristina. 2012. *O Proselitismo religioso entre a Liberdade de expressão e o Discurso de ódio: a “Guerra santa” do Neopentecostalismo contra as Religiões afro-brasileiras*. Dissertação (Mestrado em Direito, Estado Constituição) – Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

- SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. 2015. Informação e Ideologia: diálogos filosóficos no âmbito do proselitismo informacional. *LOGEION, Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*. Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 2.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 2018. *ADI 2566 / DF, Processo eletrônico, Público*. Portal do STF. Brasília.
- WITTE JR., John. 2000-2001. Ray Rushton Distinguished Lecturer Series: Evangelism/Proselytism and International Religious Liberties. Primer on the rights and wrongs of proselytism. *Cumberland School of Law Samford University*. Volume 31.

## Religious Proselytism in Community Radio Stations

**ABSTRACT:** This article analyzes the contents of the Constitutional Challenge Brief (ADI) 2566 / DF, raising a multidisciplinary dialogue involving the (un)constitutionality of religious proselytism in community radio stations and the projection of religious freedom in Brazil. Religious proselytism, widespread in community radio stations in Brazil, remained on the agenda and was discussed in the jurisdictional activity of the Supreme Federal Court - STF from 2002 to 2018. The research utilized the hermeneutic-classical method. The study presents the legal and procedural context of the constitutional challenge, following the conclusive thesis by the majority of the collegiate body that voted and approved the unconstitutionality of the section of § 1 of article 4 of Law No. 9,612 of 1998, which prohibited proselytism of any nature in the programming of community broadcasters.

**KEYWORDS:** ADI 2566; Religious proselytism; Community radio; (un) constitutionality; STF; Freedoms.